

KERR, F. *After Aquinas. Versions of Thomism*. Cornwall: Blackwell Publishing, 2002, pp. 254. ISBN 0-631-21313-9.

por Paulo Faitanin

O dominicano Fergus Kerr, mestre regente e professor na Universidade de Oxford e professor visitante de teologia e estudos religiosos na Universidade de Edinburgo, apresenta-nos uma obra que cobre dois perfis da investigação do tomismo em nossos dias: uma histórica e outra doutrinal. O autor consegue nesta obra compaginar sua interpretação de algumas das principais questões da doutrina tomasiana, relacionando-as com a própria história do tomismo, bem como aponta as dificuldades com que se incrementaram ao longo dos anos do século XX, os conflitos hermenêuticos, a partir dos quais surgiram várias versões do tomismo. Recorde-se que Kerr segue a tradição tomista britânica e privilegia a linguagem. As análises metafísicas se perdem nas exposições analíticas da linguagem. Em especial destaca-se a proposta acerca da teoria do conhecimento, a qual denomina epistemologia, o que não sem razão causa-nos certa confusão, por estarmos habituados a denominá-la com o termo gnosiologia ou simplesmente teoria do conhecimento.

A obra está dividida em 12 capítulos. No prefácio critica ainda o desconhecimento do pensamento do Aquinate por aqueles que por direito e dever deveriam conhecer e destaca que durante o século XX houve um renascimento do tomismo em razão da encíclica de Leão XII de 1879. É interessante notar, em se tratando de uma obra de 2002, não haver nenhuma referência à encíclica de João Paulo II, *Fides et Ratio* de 1998 já neste início, senão só no capítulo quinto. O primeiro capítulo dedica-se aos dados biográficos do Aquinate. Nada de original apresenta quanto ao que já se publicou. No entanto, o segundo capítulo analisa as razões de tantas interpretações da gnosiologia tomasiana, fundamentando na interpretação a razão dos conflitos de análises entre os tomistas.

O terceiro capítulo trata da teologia natural tomista. Recordem que Kerr é um teólogo especialista em estudos religiosos. Isso justifica seu interesse imediato pela teologia natural, a ponto de justificar sua presença já nos primeiros capítulos de sua obra. Comumente, em outras exposições do gênero, a teologia natural ocupa as últimas páginas da obra. Partindo de um constante diálogo com a teologia natural de seu tempo o autor levanta as principais questões e propõe ao menos tentar responde-las a partir da doutrina tomasiana.

É no capítulo quarto que analisa as cinco vias de Tomás. O autor crê haver forte influência da literatura tomista francesa sobre a leitura e interpretação das cinco vias. Propõe-se a considerar as razões desta influência e culmina em considerar a análise de seu compatriota como a mais adequada. Antigo problema de vizinhança. Sua interpretação não deixa escapar os cacoetes da filosofia da linguagem britânica. Quase tudo se reduz às interpretações lingüísticas, ou seja, reportando as soluções à tradição analítica.

Finalmente refere-se à doutrina do ser no quinto capítulo. Não se trata de um capítulo dedicado à metafísica, mas às controvérsias existentes entre a interpretação francesa, partindo de Maritain e referindo-se à proposta de Gilson de fundamentação da metafísica em Moisés – a conhecida proposta que Kerr denomina o êxodo da metafísica – e às britânicas desde o ponto de vista analítico. Algumas interpolações de Kerr são interessantes, mas ao que se refere à consideração metafísica da inovação tomasiana acerca do *actus essendi* parece de todo não captada. Especial destaque para a crítica de Heidegger contra a causa primeira e contra a teologia e destaca como ficou a leitura de Tomás depois das críticas do filósofo existencialista. O autor – tomista? – parece às vezes dar mais voz à interpretação dos opositores do que voz e vez ao autor das idéias, ou seja, a Tomás.

O capítulo sexto dedica-se ao tema da lei natural e a seus conflitos de interpretação. Resgata a idéia de fundar a ética sobre os princípios da reta razão, dado o perigo de não haver consenso, segundo ele, acerca da aceitação e afirmação da defesa da lei natural em Tomás. É importante notar que a lei natural tem no uso reto dos princípios da razão seu maior argumento. Mesmo assim, propõe expor a doutrina tomasiana da lei natural. Conclui acenando para a idéia de haver uma ética naturalista, afastada da teologia se aceita plenamente e do modo como é passada a doutrina e sua interpretação acerca da lei natural. Por isso detém-se a discutir da teologia moral no capítulo sétimo. Haveria como não relacionar natureza e graça na proposta de uma teologia moral em face de oposição a uma ética naturalista? Esta resposta é dada no capítulo oitavo onde se dedicou ao tema da relação entre natureza e graça. O oitavo expõe algumas das dificuldades desta relação entre natureza e graça imposta pela doutrina da graça.

O nono capítulo é polêmico na esfera teológica. Nele apresenta a idéia de a santificação ser uma espécie de divinização da criatura. Destaca a crítica de Harnack à doutrina tomasiana. Mais adiante propõe o que ele acredita ser as condições de santificação segundo o Aquinate. Os capítulos décimo e décimo primeiro dedicam-se à cristologia e com o décimo segundo conclui sua exposição. Em síntese, a obra de Kerr acena para questões lingüísticas muito interessantes nas diversas partes e nas principais discussões a que se



propôs tratar. Sempre fazendo distinção – ou mesmo oposição – entre a visão francesa da inglesa do problema, Kerr mais do que uma introdução geral ao pensamento do Aquinate às vezes quase se limita a uma exposição histórica acerca da oposição existente entre a escola francesa e a britânica. Com relação a isso há coerência com relação ao título de sua obra, em que aparece a proposta de considerar as versões do tomismo. Mais do que analisar a doutrina do Aquinate, considera o que vem depois do Aquinate, retomando sua doutrina apenas para elucidar os caminhos das oposições entre os tomistas.